

é feito no seu comunicado: ‘Atualmente, aguardamos apenas a assinatura do Termo de Compromisso entre a Unesp e as duas secretarias de Estado, sendo que a Secretária de Desenvolvimento Econômico acompanhará a evolução das medidas propostas pela Universidade, como a reforma administrativa e acadêmica.’ Em seu comunicado, o reitor da Unesp não menciona qualquer compromisso do governo estadual quanto à compreensão das causas da crise de financiamento, nem mesmo aquelas enunciadas por ele em seu comunicado anterior. Nenhuma menção à insuficiência financeira, aos espasmos expansionistas irresponsáveis patrocinados por interesses políticos estranhos à Universidade, nem aos recursos para a permanência estudantil. Acrescente-se a isso a imposição do pacote de reformas que não foi amplamente discutido com a comunidade, o que caracteriza mais um duro golpe à autonomia universitária. Trata-se de uma ‘solução’ já utilizada inúmeras vezes por ele e muitos dos seus antecessores, que não toca nas questões fundamentais que alimentam e aprofundam a crise de financiamento da Unesp. Os recursos que virão para ‘honrar o pagamento do 13º salário de 2018 dos servidores autárquicos’ são uma antecipação de arrecadação de ICMS do exercício de 2019. Não são recursos suplementares e, portanto, afetam o orçamento de 2019, no qual restam provisionadas menos do que 12 folhas de pagamento, conforme a assessoria de planejamento e orçamento informou no Conselho Universitário na reunião de 22/1/2019. Assim, em não havendo recurso suplementar, corremos o risco de não receber integralmente sequer o salário de dezembro/2019 e, muito menos, o 13º salário de 2019. Ficamos na dependência de que a arrecadação do ICMS seja bem maior do que o previsto pelo governo estadual, ou seja, voltamos à mesma situação que caracteriza a crise de financiamento nestes últimos anos. Por outro lado, quando o reitor afirma que ‘a transferência de 50% do valor (R\$ 65 milhões) está prevista para fevereiro de 2019’, fica difícil compreender porque não se paga integralmente o 13º salário ainda em fevereiro. Será que estão preservando os juros das aplicações no mercado financeiro para fazer caixa (receita própria), em detrimento das cerca de 12.700 famílias que estão pagando juros muito mais altos, justamente por não terem recebido o seu 13º? É a tática do eterno retorno ao tratamento irresponsável com que a complacência subserviente dos nossos gestores com o governo estadual contempla a nossa Universidade, não demonstrando um mínimo de altivez na defesa da instituição e dos que nela trabalham e estudam. A Unesp – assim como a USP, a Unicamp e o Centro Paula Souza – é uma instituição estatal estratégica para a soberania nacional, a sua relevância geopolítica, científica, educacional e econômica, na produção de conhecimento, pensamento crítico e na formação de excelência de gerações de jovens paulistas e brasileiros, mas isso parece não ser percebido nem pelos reitores, nem pelos governos estaduais. Ou, por outro lado, o papel desempenhado por essas instituições parece não se coadunar com os projetos políticos desses dirigentes públicos, o que, desse ponto de vista, explica a política de deterioração progressiva a que estão submetidas desde há muito tempo. Nessa última perspectiva, o subfinanciamento não é um acidente de percurso, mas um projeto consciente de destruição desse patrimônio do povo paulista e brasileiro. Diante disso, devemos resistir e construir estratégias de preservação e fortalecimento das universidades públicas paulistas, em especial da Unesp, nesse momento crítico para a sua sobrevivência, defendendo sua autonomia e a manutenção da qualidade dos serviços prestados ao país. Esse é o entendimento do Fórum das Seis, que convoca toda a comunidade acadêmica das três universidades estaduais paulistas para o ato marcado para o dia 14 de fevereiro, às 8h30, em frente à reitoria da Unesp, para solidária e firmemente reivindicarmos o pagamento imediato do 13º salário dos servidores docentes e técnico-administrativos da Unesp, na certeza de que, assim fazendo, estaremos defendendo a autonomia didático, científica e financeira não só da Unesp, mas também exigindo um tratamento digno para todo o sistema de educação superior pública do estado de São Paulo.”

- Assume a Presidência o Sr. Junior Aprillanti.

O SR. BRUNO CAETANO - PSDB - Sr. Presidente, me concede um comunicado?

O SR. PRESIDENTE - JUNIOR APRILLANTI - PSB - Perdão, só um minutinho, deputado Bruno Caetano, só para dizer para o deputado Carlos Giannazi que o seu pedido... Esta presidência recebe documento de V. Exa., e o encaminhará à publicação após o seu exame, nos termos do Art. 18, inciso V, do Regimento Interno.

Por favor, deputado Bruno Caetano, tem a palavra.
O SR. BRUNO CAETANO - PSDB – PARA COMUNICAÇÃO - Agradeço. Cumprimentar o deputado Giannazi pelas palavras. A preocupação com o ensino superior é sempre importante, na medida em que precisamos, mais e mais, de investimentos na área da Educação. Lembro que uma das primeiras falas, quando assumi o mandato como deputado, foi uma crítica severa ao ministro da Educação, que, em uma entrevista às Páginas Amarelas da Veja, disse que a educação superior não é para todos.

Ela deve ser para todos aqueles que desejam. Sobre tudo, educação pública, gratuita e de qualidade. Quero me solidarizar com os profissionais da Unesp, professores e funcionários, nessa batalha por mais recursos. Mas quero lembrar que, em todos os anos, sem exceção, há um repasse devido e constitucional às universidades. Mais ainda: no ano de 2018, a Unesp recebeu 42 milhões de reais a mais que o mínimo previsto.

É evidente que toda e qualquer manifestação em favor de recursos para Educação é sempre bem vinda e sempre vai ter o nosso apoio. Mas é necessário ter ciência de que o Estado não imprime dinheiro. É preciso achar novos mecanismos, novas receitas, cortes de despesas desnecessárias, para que mais recursos sejam destinados para as áreas prioritárias, com as áreas da Educação, Saúde e Segurança.

Nesse aspecto, imagino que o governador já deu um caminho muito claro para esta Casa para que possamos economizar recursos em áreas que não contam como atividade-fim do Governo. Para que essas atividades fim, como a Educação e o ensino superior possam receber mais recursos.

É o caso, por exemplo, do PL 01 de 2019. Se tivermos o apoio do deputado Giannazi, das demais bancadas, das bancadas do PSOL e do PT, para desonerar o Estado daquilo que não é a sua competência principal, tenho certeza de que vai sobrar muito mais recurso para que possamos ter mais dinheiro para Educação, para a Saúde e para essa reivindicação do deputado Giannazi, que é de mais recursos para a Unesp.

Muito obrigado, Sr. Presidente.
O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Comentando o comentário do deputado Bruno Caetano.

Primeiro: o financiamento atual, de 9,57% para as nossas universidades, da cota do ICMS, foi aprovado em 1995. No entanto, as nossas universidades cresceram. Expandiram os seus campos, a Unesp, a USP e a Unicamp.

Houve o aumento do número de alunos e de cursos e de campus em todo o estado de São Paulo. Principalmente a Unesp. A grande luta do Fórum das Três, que representa as três grandes universidades e o Centro Paula Souza, é o aumento deste percentual, de 9,57 para 10 ou 11%.

Isso ajudaria a amenizar um pouco essa crise no financiamento das nossas três universidades. A questão é o financiamento insuficiente para as nossas três universidades. Anualmente apresentamos proposta, ao Orçamento, de alteração e elevação deste percentual. Mas os governos do PSDB boicotam, reprovam e não aprovam essas emendas que apresentamos ao Orçamento.

Não posso concordar com V. Exa. ao dizer que o governador Doria vai conseguir recursos, para Educação e para a Saúde, privatizando. Ao contrário. Se o governador tem mesmo algum interesse em conseguir mais recursos para as áreas da Educação e da Saúde, é só ele mudar a política de desoneração fiscal, que canaliza mais de 20 bilhões de reais do Orçamento público para os grandes grupos econômicos, as mineradoras, a Ambev e os grandes frigoríficos.

Essas empresas são, inclusive, devedoras do fisco estadual. Só a Sadia, que é beneficiada por essa política de desoneração e tem isenção fiscal do ICMS, deve 1 bilhão e 500 milhões de reais para o fisco estadual. Quero fazer um apelo ao governador Doria. Tem que mudar a política de desoneração fiscal. Tem que fazer um esforço para cobrar a dívida ativa do Estado, cobrar a Sadia e cobrar os 100 maiores devedores, que devem mais de 78 bilhões de reais. Tivemos, no ano passado, a lista dos maiores devedores do fisco estadual. Agora, privatizar?

Eu vi uma matéria aqui, Sr. Presidente - só para finalizar aqui rapidamente - tem uma matéria no site do Valor dizendo o seguinte: “ Doria disse que já tem 220 projetos de privatização”. Ele só pensa em privatizar, em fazer negócio com os equipamentos públicos, dizendo que vai privatizar tudo que encontrar pela frente; ele não tem vergonha de falar. Ele fala assim: “vamos privatizar o zoológico, o Jardim Botânico e todos os parques florestais de São Paulo, a Sabesp”.

O primeiro projeto que ele apresentou é esse que V. Exa. citou, o PL nº 01, que é um projeto de desestatização que cria esse programa; não é privatizar. Então, nós não vamos aprovar nunca um projeto como esse. Vamos obstruir esse projeto de privatização. Nós queremos a cobrança da dívida ativa, nós queremos mudar a política da desoneração fiscal. Mas, entregar o nosso patrimônio público, como o PSDB tem feito durante muitos anos, principalmente aqui em São Paulo. São 25 anos de dilapidação do patrimônio público, vendendo tudo, entregando tudo, criou a farra dos pedágios por conta disso. Nós não vamos aceitar. Vai ter muita resistência aqui para o Doria para privatizar 220 equipamentos públicos, Sr. Presidente. Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JUNIOR APRILLANTI - PSB - De nada.
O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças, eu solicito o levantamento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE - JUNIOR APRILLANTI - PSB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Está levantada a presente sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 56 minutos.

15 DE FEVEREIRO DE 2019 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO ADICIONAL

Presidência: **CARLOS GIANNAZI**

RESUMO

1 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência e abre a reunião. Declara estarem presentes 11 Srs. Deputados, número insuficiente para a abertura dos trabalhos. Anuncia o falecimento, hoje, do ex-deputado estadual Carlos Apolinário. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 18/02, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Encerra a reunião.

- Assume a Presidência e abre a reunião o Sr. Carlos Giannazi.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, presentes 11 Sras. Deputadas e Srs. Deputados, número insuficiente para a abertura dos nossos trabalhos. Quero registrar a presença do deputado Bruno Caetano e do deputado Julio Cesar.

Nos termos do Art. 111, § 2º do inciso XV da Consolidação do Regimento Interno, esta Presidência deixa de realizar a sessão e convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Antes de encerrar a sessão, gostaria de registrar o falecimento do ex-deputado Carlos Apolinário, que também foi presidente da Assembleia Legislativa nos anos 90. Foi vereador da cidade de São Paulo, foi deputado federal. O velório está sendo realizado aqui na Assembleia Legislativa.

Esta Presidência dá por encerrada a reunião.

- Encerra-se a reunião às 14 horas e 45 minutos.

18 DE FEVEREIRO DE 2019 11ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO ADICIONAL

Presidência: **CORONEL TELHADA** e **CLÉLIA GOMES**
Secretaria: **CARLOS GIANNAZI**

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CORONEL TELHADA
Assume a Presidência e abre a sessão. Dá conhecimento do Ato 25/19, que informa a renúncia de suplente de deputada estadual Telma Sandra Augusto de Souza, e a convocação do Sr. Gerson Luis Bittencourt, para tomar posse no respectivo cargo. Em seguida, comunica que estava presente, em plenário, o Sr. Gerson Luis Bittencourt e acrescentou que recebera deste o Diploma da Justiça Eleitoral, bem como a respectiva Declaração de Bens e Direitos, e convida-o a prestar compromisso regimental.
2 - GERSON BITTENCOURT
Presta compromisso regimental. Afirma que, politicamente defenderá o que acha correto e atuará de acordo com o posicionamento do seu partido.
3 - CARLOS GIANNAZI
Repudia a posição e o comportamento do prefeito Bruno Covas em relação aos servidores municipais. Cita a realização de greve de servidores contra a reforma da Previdência municipal. Considera este projeto nefasto e perverso. Cita o comunicado nº 2, publicado pelo prefeito de São Paulo, cortando o ponto dos servidores em greve, direito este definido na Constituição Federal. Lista as diversas ações para que este projeto seja revogado.
4 - CLÉLIA GOMES
Assume a Presidência.

5 - CORONEL TELHADA
Cita sua visita, este final de semana, às cidades de Catanduva e Olímpia. Informa que foi divulgada uma lista com os telefones particulares de todos os deputados. Afirma que recebeu várias mensagens solicitando que ele votasse na deputada Janaina Paschoal para presidente desta Casa. Explica o funcionamento desta Assembleia em período de eleição da Mesa Diretora. Destaca que para assumir a Presidência não basta ter apenas a competência jurídica, é necessário conhecer a Casa. Discorre sobre os projetos de lei, de sua autoria, durante este mandato.

6 - CARLOS GIANNAZI
Demonstra sua insatisfação com a gestão do governador Doria em relação à Educação em São Paulo. Cita ações do governo estadual que, em sua visão, prejudicam o setor. Informa a realização, dia 21 nesta Casa, de audiência pública para discutir o assunto. Relata diversas denúncias em relação à convocação de professores aprovadas em concurso, para PEBI. Solicita esclarecimentos em relação a estas denúncias.

7 - CORONEL TELHADA
Assume a Presidência.
8 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA
Parabeniza o deputado Bruno Caetano pelo seu aniversário.
9 - BRUNO CAETANO

Discorre sobre projeto de lei, de sua autoria, do bolsa empreendedor, com o objetivo de financiar os alunos que querem iniciar pequenos negócios. Menciona a criação de aplicativo para acompanhar o seu desempenho como parlamentar. Comenta o PL 26/19, de sua autoria, que trata da mobilidade metropolitana, com a incorporação de novos veículos de transporte, desenvolvidos por pequenas empresas. Cita o incentivo às startups para o desenvolvimento de novas tecnologias e formas de mobilidade, visando facilitar a vida do cidadão. Afirma que o projeto não tem como objetivo desregulamentar o setor, mas apenas reconhecer novos modais.

10 - CARLOS GIANNAZI
Considera um drama, vivido pelos professores, do não reconhecimento de seus diplomas pelo MEC. Ressalta que deverá fazer reunião com o procurador-geral de São Paulo para que haja a intervenção do Ministério Público neste processo. Diz ter feito uma indicação ao MEC, por meio da Comissão de Educação, para regularizar o registro. Faz apelo ao Ministério da Educação para que esta questão seja resolvida. Clama aos deputados desta Casa para que aprovem a revogação do veto ao PL 1257/14, que cria um mecanismo anti-tortura no estado de São Paulo. Menciona outros vetos a projetos de deputados pelo governador João Doria.

11 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA
Informa ter participado, hoje pela manhã, em Osasco, de formatura de 144 guardas municipais e parabeniza todos os formandos.
12 - CARLOS GIANNAZI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

13 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 19/02, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número regimental de assinaturas de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e convida o nobre deputado Carlos Giannazi para leitura da resenha do expediente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, nobre deputado Coronel Telhada, nós temos aqui uma moção de apelo da Câmara Municipal de Campinas endereçada à Assembleia Legislativa apelando aos deputados estaduais a derrubada do veto do governador João Doria ao PL 347, que dispõe sobre a jornada de trabalho de 30 horas semanais aos enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem.

Está lida a resenha do expediente.
O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, deputado Carlos Giannazi. Antes de ingressarmos no Pequeno Expediente, daremos posse a um novo deputado.

Comparece agora nesta Assembleia Legislativa o Sr. Gerson Luis Bittencourt para tomar posse no cargo de deputado estadual.

Sua Excelência apresentou a declaração de bens e direitos, bem como o diploma da Justiça Eleitoral. Esta Presidência convida o Sr. Suplente para comparecer à Mesa a fim de prestar o compromisso regimental.

O SR. GERSON BITTENCOURT - PT - Boa tarde. Prometo desempenhar fielmente o meu mandato, promovendo o bem geral do estado de São Paulo dentro das normas constitucionais.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Assim, esta Presidência declara empossado no cargo de deputado estadual o Sr. Gerson Luis Bittencourt, a quem eu peço uma salva de palmas. (Palmas.)

Esta Presidência concede a palavra ao nobre deputado Gerson Luis Bittencourt.

O SR. GERSON BITTENCOURT - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Secretário, a todos os deputados e deputadas que participam desta sessão, as pessoas que nos acompanham aqui das assessorias, as pessoas que nos acompanham pela TV Assembleia.

Sr. Presidente, é um prazer muito grande voltar a esta tribuna, a esta Casa, mesmo que por um período curto em função da vacância do deputado Alencar Santana, que virou deputado federal.

O Partido dos Trabalhadores então apresentou o seu conjunto de nomes, eu fiquei na suplência e agora com essa saída do deputado Alencar Santana para assumir o cargo em Brasília eu vim aqui para assumir.

Quero dizer que, nesse período de um mês em que estaremos aqui, faremos as mesmas discussões, os mesmos embates, as mesmas contraposições de forma leal, fraterna, tranquila, mas muito firme, defendendo o que achamos adequado e correto, sobretudo a partir das orientações do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado, Senhor Presidente, senhor secretário e todos que nos acompanham.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, deputado Gerson Luis Bittencourt. Seja bem-vindo, que esse mês seja profícuo para V. Exa., conte com nosso trabalho aqui também. Parabéns.

Tenho uma lista aqui de 40 deputados inscritos, mas vou chamar somente os que se encontram no plenário. Fora o deputado Bittencourt, que tomou posse hoje, é sempre o deputado Giannazi e eu. Deputada Clélia Gomes nesse momento chega junto.

Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembleia, primeiramente, desejo boas vindas ao nosso colega combativo, deputado Gerson Bittencourt, que já esteve aqui ajudando a Assembleia Legislativa a fazer oposição aos projetos nefastos do tucanato em São Paulo. Seja bem-vindo, deputado Gerson Bittencourt.

Quero aproveitar a minha intervenção hoje, na tribuna da Assembleia Legislativa, para repudiar veementemente a posição e o comportamento do prefeito Bruno Covas, do PSDB, que já foi deputado estadual, nosso colega na Assembleia Legislativa. O prefeito Bruno Covas está perseguindo os servidores municipais. Há uma greve na prefeitura de São Paulo contra o Sampaprev, contra o confisco salarial, contra a destruição da aposentadoria, do Iprem, dos nossos servidores municipais.

- Assume a Presidência a Sra. Clélia Gomes.

A lei foi aprovada no final do ano passado, no apagar das luzes do mês de dezembro, um verdadeiro golpe dado pela Câmara Municipal, pela base de apoio do prefeito Bruno Covas na Câmara Municipal de São Paulo. O projeto foi aprovado entre o Natal e o Ano Novo.

Eles apostaram na desmobilização, porque os servidores estavam de recesso, sobretudo os servidores da Educação, e, na calada da noite, aprovaram esse projeto nefasto, perverso, de confisco salarial dos servidores, de privatização, porque na prática é isso o que eles querem fazer, privatizar a previdência municipal.

E agora há uma greve, iniciada no começo do ano letivo, sobretudo nas escolas, hospitais e postos de saúde, para que o projeto seja revogado, porque é um absurdo. Nossos servidores já estão com salários defasados, archochados há muitos anos, desde 2003 eles só têm 0,01 de reajuste salarial, é muito grave o que vem acontecendo.

E o prefeito, em uma atitude covarde, o prefeito Bruno é covarde, porque o que ele está fazendo agora está afrontando o direito de greve dos servidores, garantido pela Constituição Federal e pela Lei Municipal nº 14.660, aprovada pela própria Câmara Municipal, que garante o direito de greve dos nossos servidores.

O que faz covardemente o prefeito Bruno Covas? Pede o corte de ponto. A greve nem foi julgada ainda, nem foi judicializada. A greve é um direito, greve não é falta, é suspensão do contrato de trabalho. Depois, quando termina a greve, há um processo de negociação entre as entidades que representam os servidores, os sindicatos, com o governo. Aí há a reposição dos dias parados.

O prefeito não fez isso, ele baixou um comunicado, o comunicado nº 02, que eu trouxe, coloquei no telão, para que todos tenham ciência da ilegalidade, da covardia do prefeito. Ele está cortando o ponto dos servidores em greve, jogando a população contra os servidores, afrontando a Constituição Federal e a lei municipal, afrontando o direito de greve, ameaçando, fazendo assédio e perseguição política em cima dos servidores. Um verdadeiro absurdo.

Lembrando que o avô do Bruno Covas, Mário Covas, foi senador constituinte, participou da aprovação da nossa Constituição de 88. E lutou muito para que os servidores tivessem o direito de greve. Agora, o Bruno Covas está manchando sua própria história; logicamente, fica uma mancha na sua história política, ao perseguir servidores em greve. Mas também está manchando a história do seu próprio avô. Ele só foi eleito porque tem o sobrenome do avô. Ninguém conhece Bruno Covas; não fez nada de relevante. Vai na cola do sobrenome do avô. Mas ele está manchando a história familiar e sua própria. Quanto à sua própria história, acho que ele não se preocupa.

Esse prefeito persegue servidores, começa a descontar o ponto e comete mais uma ilegalidade ainda: está querendo contratar professores só para substituir professores em greve. Isso é proibido. Greve é direito, tem regras. O professor não está faltando; está em greve. Greve não é falta. Prefeito Bruno Covas covarde, covarde, covarde. Atacando os servidores, acabando com a aposentadoria dos servidores, sobretudo dos servidores da Educação.

É um absurdo o que está acontecendo. Nós vamos denunciar exaustivamente. Já tomamos providências: fomos ao Tribunal de Justiça, entramos com um mandado de segurança coletivo contra essa atitude do prefeito; já acionamos o Ministério Público contra o Sampaprev; e tem projeto de lei já apresentado pelo nosso vereador Celso Giannazi, na Câmara Municipal, revogando o Sampaprev. Na semana passada, nós participamos também de uma audiência pública contra o Sampaprev. Então, há uma ampla mobilização da categoria na Câmara Municipal, uma greve; um dos maiores movimentos da história do funcionalismo municipal em marcha hoje na cidade de São Paulo.

Estamos, aqui, denunciando pela Assembleia Legislativa. Está sendo criada uma frente parlamentar contra o Sampaprev. Então, há uma ampla mobilização que nós estamos fazendo, acionando o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Câmara Municipal, a Assembleia Legislativa. Mas, sobretudo, temos o movimento nas ruas, com as entidades representativas dos servidores em geral. Elas estão mobilizando, colocando 70, 80 mil pessoas nas ruas toda semana. Amanhã, haverá mais uma manifestação, na qual tenho certeza de que vamos ter 100 mil servidores na porta do gabinete do prefeito Bruno Covas. Prefeito covarde, covarde e covarde. Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - CLÉLIA GOMES - AVANTE - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Sra. Presidente, senhores assessores, funcionários aqui presentes, telespectadores da TV Assembleia, cabo Belone e cabo Ricardo aqui presentes, que representam nossa Assessoria Policial Militar.

Sra. Presidente, eu queria, em primeiro lugar, comunicar que neste fim de semana estivemos fora de São Paulo. Estivemos em missões no interior do estado; passamos pelas cidades de Catanduva e Olímpia. Em Catanduva, visitei alguns parentes e amigos. Quero mandar um abraço especial para nossa família lá: família Matias, na figura do meu primo Denilson Matias, da Márcia e todos de Catanduva. Congregamos lá com os irmãos. Um abraço a todos vocês de Catanduva e de Olímpia. Obrigado pela acolhida. Estamos à disposição na Assembleia para o que precisarem. Contem comigo para o melhor que der e vier.

Também queria comunicar, Sra. Presidente, que nesse fim de semana recebi vários WhatsApp. Achei interessante: foi publicada uma lista - eu queria saber quem a publicou - com telefone particular de todos os deputados. Nós temos telefone no plenário, temos Facebook, temos WhatsApp, temos Instagram. Tem “n” maneiras de entrar em contato conosco. Como pessoas individuais que nós somos, também temos um telefone para que a nossa família se comunique conosco. Como não se respeita muito a vida pública, foi publicada essa lista com os nossos telefones particulares. Não sei se o deputado Giannazi e a senhora passaram por isso, mas neste final de semana encheram a minha caixa com pedidos para votar na deputada Janaina para presidente.